

Acordo incoerente

Edilson Baldez das Neves*

O país atravessa enorme crise ética, moral e política com total desrespeito à sociedade. Não bastasse tudo isso, o país teve que conviver com a recente paralisação nacional, forjada por caminhoneiros autônomos e empresas de transportes de cargas, que apesar de ser um movimento reivindicatório justo, parou o país causando enormes prejuízos a quem produz, quem consome e principalmente para a sociedade brasileira.

O constante aumento nos combustíveis foi o estopim para a eclosão dos protestos dos caminhoneiros. O movimento causou enorme impacto na economia. E o pior: promoveu o desabastecimento de insumos nas unidades produtoras e no dia a dia dos brasileiros. Causou pânico a quem não pode se locomover por desabastecimento nos postos. Confusão nos aeroportos sem querosene de aviação para que as aeronaves pudessem seguir aos seus destinos. O mais grave é que ressuscitou o espectro da assombração das prateleiras vazias dos supermercados, imagem de um Brasil do passado que precisamos esquecer definitivamente.

A indústria brasileira sofreu prejuízos bilionários com a greve dos caminhoneiros. Além disso, foi impactada com a redução da alíquota do programa Reintegra, que restitui impostos indiretos cobrados na cadeia produtiva das exportações, e com a reoneração da folha de pagamento, que aumentou a carga tributária para 28 setores da economia. Ambas as medidas foram tomadas pelo Governo para compensar a redução do preço do diesel – a principal reivindicação dos grevistas que pararam o Brasil.

Vários atores cometeram erros neste episódio: equivocou-se a Petrobras ao realizar aumentos quase que diários dos derivados de petróleo; pecou o governo ao não atentar para o desgaste da atitude destrambelhada da estatal; e, insistindo nos desacertos, escorregaram os negociadores do Planalto ao abrir demais a retaguarda para as reivindicações exigidas pelo movimento, faltando-lhes coragem e segurança para formalizar um acordo justo que contemplasse o transportador e o dono da carga. Ao contrário, o governo criou tabela de preços

mínimos para o transporte de cargas que já elevou o valor dos produtos causando inflação e desemprego.

Todas as entidades das classes produtoras, entre elas a Confederação Nacional da Indústria (CNI), consideram que o estabelecimento dessa tabela provoca prejuízos extremamente danosos para uma economia já fragilizada e para a população brasileira. A medida estabelecida pelo governo e regulamentada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) já impacta todos os setores da indústria e terá efeitos imediatos no bolso dos consumidores, uma vez que o preço dos fretes aumentou substancialmente e terá que ser repassado ao consumidor final.

O impacto do tabelamento sobre o custo do transporte na indústria em alguns setores alcança até 83% como a de rações para alimento animal. O aumento do frete nestes e nos demais setores, certamente, deixará as mercadorias mais caras, penalizando ainda mais a população.

A avaliação é de que todos, fabricantes, consumidores e também os próprios caminhoneiros autônomos terão prejuízos incalculáveis com a medida. De imediato, desde que a tabela mínima entrou em vigor, diversas fábricas reduziram as remessas de cargas e outras estão avaliando verticalizar a operação, o que significa a montagem de frotas próprias de caminhões, em razão dos altos preços do frete.

A CNI, representando as associações e federações estaduais de indústria, está avaliando possíveis medidas judiciais e administrativas contra as normas estabelecidas no acordo incoerente que determinaram valor mínimo de transporte de carga para o Brasil.

Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão – FIEMA e do Conselho Deliberativo do Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa – Sebrae/MA.